

SPE Nascenti S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da
SPE Nascenti S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Nascenti S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias Companhias (NBC TG 1.000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia, em 31 de dezembro de 2021, apresenta prejuízos recorrentes, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 54.195 decorrente das obrigações fiscais e tributárias, prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.525.683 e ausência de receita no exercício. Fatos estes que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional. A Companhia está adotando medidas visando a reversão desta situação com objetivo e ao sucesso de suas operações futuras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 e apresentado na Demonstração do resultado, chamamos atenção para o fato de a SPE Nascenti S.A. não ter apurado receita com a prestação de serviços em 2021 originária da administração do Fundo Nascenti, sendo que tal fundo entrou em fase de desinvestimento e a última receita contabilizada foi em janeiro de 2019. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A., controladora da SPE Nascenti S.A., garantirá a continuidade das operações por meio de aportes de recursos. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, o relatório foi datado em 18 de agosto de 2021, com ressalvas no qual, não mais de aplicam.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis, aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de julho de 2022



Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

SPE Nascenti S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.136	32.463
Impostos e contribuições a recuperar	4	3.573	16.950
Total do ativo circulante		14.709	49.413
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	5	101.680	340.712
Títulos e valores mobiliários	6	564.275	699.626
Imobilizado	-	207	600
Total do ativo não circulante		666.162	1.040.938
Total do ativo		<u>680.871</u>	<u>1.090.351</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Nascenti S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante			
Empréstimos	7	-	83.333
Obrigações fiscais e tributárias	8	68.904	121.530
Total do passivo circulante		68.904	204.863
Passivo não circulante			
Obrigações fiscais e tributárias	8	179.249	243.214
Total do passivo não circulante		179.249	243.214
Patrimônio líquido	9		
Capital social	9 a)	1.958.833	1.958.833
Reservas de ágio	9 b)	266	266
Ações em tesouraria	9 c)	(698)	(698)
Prejuízos acumulados	-	(1.525.683)	(1.316.127)
Total do patrimônio líquido		432.718	642.274
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>680.871</u>	<u>1.090.351</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Nascenti S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	10	(12.781)	(18.139)
Despesas tributárias	-	(15.938)	(976)
Outras receitas (despesas) operacionais	11	<u>(149.022)</u>	<u>91.096</u>
Total das outras receitas (despesas) operacionais		<u>(177.741)</u>	<u>71.981</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>(177.741)</u>	<u>71.981</u>
Resultado financeiro líquido	12	(31.090)	(157.870)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(208.831)</u>	<u>(85.889)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(725)	(34)
Prejuízo do exercício		<u><u>(209.556)</u></u>	<u><u>(85.923)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Nascenti S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	----- (209.556)	----- (85.923)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	----- <u><u>(209.556)</u></u>	----- <u><u>(85.923)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Nascenti S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de ágio	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	1.958.833	(85)	58.731	266	(698)	(1.288.935)	728.112
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(85.923)	(85.923)
Transferência para partes relacionadas	-	-	85	-	-	-	-	85
Compensação da reserva legal com prejuízos acumulados	-	-	-	(58.731)	-	-	58.731	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9	1.958.833	-	-	266	(698)	(1.316.127)	642.274
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(209.556)	(209.556)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9	<u>1.958.833</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>266</u>	<u>(698)</u>	<u>(1.525.683)</u>	<u>432.718</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Nascenti S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(209.556)	(85.923)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais		
Depreciação	393	1.688
Despesas antecipadas	-	74.885
Juros de empréstimos	6.235	-
Baixa por desvalorização de títulos e valores mobiliários	221.914	180.541
Rentabilidade e valorização de títulos e valores mobiliários	(31.984)	(53.741)
Baixa de outras obrigações	-	(200.000)
Juros parcelamentos tributários	26.332	-
Mudanças nos ativos e passivos:		
Impostos e contribuições a recuperar	13.377	9
Obrigações fiscais e tributárias	(142.923)	(18.302)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.235)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(122.447)	(100.843)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(54.579)	(57.300)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(54.579)	(57.300)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos recebidos de contratos de mútuo	(1.047)	(26.000)
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	240.079	274.585
Amortização de empréstimos	(83.333)	(62.500)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	155.699	186.085
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(21.327)</u>	<u>27.942</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	32.463	4.521
No final do exercício	11.136	32.463
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(21.327)</u>	<u>27.942</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SPE Nascenti S.A. (Companhia) (anteriormente denominada Estufa Investimentos Ltda.) foi criada em 27 de abril de 2004, cujos atos constitutivos foram aprovados no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte, MG em 7 de outubro de 2008, tendo por objetivo e atividade econômica a gestão e administração de Fundos de Investimentos em conformidade com as instruções vigentes da CVM, ABVCAP, ANBIMA e demais órgãos reguladores. Em 29 de julho de 2008, a sociedade foi transformada em sociedade por ações de capital fechado.

Em 2010, a Estufa Investimentos S.A. alterou sua denominação social para SPE Nascenti, e passou a ter, como principal atividade, estruturar e, posteriormente, gerir e administrar o Fundo Nascenti, que começou suas operações em 2011 e que remunerou até janeiro de 2020 a referida gestora com a taxa de administração e gestão. Atualmente, o Fundo Nascenti está em fase de desinvestimento.

A SPE Nascenti S.A. continua em processo de captação para lançamento de um novo Fundo (o que foi postergado pela pandemia e consequente crise gerada pela COVID-19) que reestabelecerá as fontes de receita da Companhia. Porém, até lá, a Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.492.836/0001-08, na qualidade de controladora da SPE Nascenti S.A., realizará todos os aportes de capital necessários para fazer frente às despesas da Companhia de forma a garantir a sua continuidade operacional pelo tempo que for necessário até que ela reestabeleça suas fontes de receita.

1.1. Fundo Nascenti

O Fundo Nascenti é um Fundo tipo 1, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores qualificados e constituído sob a forma de condomínio fechado, objetivando a aplicação de recursos em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários de emissão de empresas inovadoras e onde possa ter participação no processo decisório com efetiva influência na definição das políticas estratégicas e nas gestões das empresas investidas. Este Fundo é administrado pela SPE Nascenti S.A.

O prazo de duração do Fundo era, inicialmente, 7 anos contados a partir da data de autorização de funcionamento pela CVM, tendo sido prorrogado por 5,5 anos, totalizando 12,5 anos. O Fundo poderá ainda ser prorrogado, subordinado à aprovação de cotistas titulares de 55% das cotas subscritas e integralizadas, reunidos em Assembleia Geral de Cotista.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), com base nas disposições da legislação societária (Leis nºs 11.638/07 e 6.404/76) e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Emissão das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 11 de julho de 2022.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

c) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

d) Tributação sobre a renda

A Companhia é optante pelo lucro presumido como regime de tributação. Assim, o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% (quinze por cento), acrescidas do adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de renda e 9% (nove por cento) sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

e) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Reconhecimento da receita

As receitas auferidas no exercício são reconhecidas por regime de competência, estando a atual prática em consonância com o que determina a NBC TG 1000 (R1), seção 23.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado;
- A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
- As despesas incorridas ou a serem incorridas relacionadas à transação podem ser mensuradas com confiabilidade.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.4. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) está realizando uma revisão ampla do *IFRS for SMEs Standards*, equivalente ao CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. O draft do documento está em fase de discussão e contribuições para edição do documento.

As mesmas precisam ser aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a adoção para pequenas e médias empresas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	1	17.172
Aplicações financeiras (*)	11.135	15.291
Total	11.136	32.463

(*) As aplicações financeiras dos exercícios de 2021 e 2020 estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está entre 5% e 110%, a depender do prazo em que os valores permanecem aplicados, atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

4. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IRRF a recuperar	-	9.593
Cofins a recuperar	-	2.630
ISS a recuperar	1.693	1.693
CSLL a recuperar	1.129	1.215
Outros impostos a recuperar	751	1.819
Total	3.573	16.950

A Companhia com base em análises e projeções orçamentárias não prevê riscos de não realização desses créditos tributários no decorrer de suas operações.

5. Partes relacionadas

Os saldos e as transações que a SPE Nascenti S.A. efetuou com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão sumarizados a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
SPE Confrapar (b)	1.047	-
Confrapar S.A. (a)	100.548	340.627
Rodrigo de Oliveira Esteves	85	85
Total	101.680	340.712

(a) O saldo com a Confrapar S.A. decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as sociedades, suportadas por Contratos de Mútuos celebrados entre as partes relacionadas (empresas coligadas para fins da legislação vigente), celebrados em 02 de janeiro de 2017, 02 de janeiro de 2018 (aditado em 30 de dezembro de 2021), 02 de janeiro de 2019 e 02 de janeiro de 2020.

(b) O Saldo com a SPE Confrapar decorre de pagamento pela SPE Nascenti via banco de Darf de Parcelamento da SPE Confrapar.

A movimentação de operações com partes relacionadas em cada exercício foi a seguinte:

	Confrapar S.A.	SPE Confrapar	Rodrigo Esteves	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2019	589.212	-	-	589.212
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(274.585)	-	-	(274.585)
Recursos recebidos em contratos de mútuo	26.000	-	85	26.085
Saldo de 31 de dezembro de 2020	340.627	-	85	340.712
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(240.079)	-	-	(240.079)
Recursos recebidos em contratos de mútuo	-	1.047	-	1.047
Saldo de 31 de dezembro de 2021	100.548	1.047	85	101.680

6. Títulos e valores mobiliários

O valor das Cotas no Nascenti Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Inovação ("Fundo") é determinado em consonância com o Regulamento deste Fundo e com as instruções CVM 578 e 579, que substituíram a Instrução CVM 209, e reflete o valor dos títulos componentes da carteira do Fundo.

Por sua vez, estes títulos componentes da carteira do Fundo são avaliados pelo valor de mercado (valor justo) das participações nas empresas investidas do Fundo nos termos da instrução CVM 579. Quando conhecida, é constituída provisão para perdas sobre o saldo de investimento, incluindo o ágio pago nas aquisições, quando considerada de caráter permanente, em função da expectativa de não concretização das projeções e estratégias definidas para as empresas investidas.

Os saldos de Títulos e Valores Mobiliários estavam assim representados:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Investimento Fundo Nascenti	559.090	694.805
Conta capital Banco Sicoob	5.185	4.821
Total	564.275	699.626

A movimentação dos títulos e valores mobiliários em cada exercício foi a seguinte:

	Investimento Fundo Nascenti	Banco Sicoob	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2019	764.547	4.579	769.126
Aquisição de investimentos	57.300	-	57.300
Baixa por desvalorização	(180.541)	-	(180.541)
Rentabilidade e valorização	53.499	242	53.741
Saldo de 31 de dezembro de 2020	694.805	4.821	699.626
Aquisição de investimentos	54.579	-	54.579
Baixa por desvalorização	(221.914)	-	(221.914)
Rentabilidade e valorização	31.620	364	31.984
Saldo de 31 de dezembro de 2021	559.090	5.185	564.275

A rentabilidade de R\$ 31.620 no exercício de 2021 foi apurada de acordo com a valorização da cota do Fundo. Por outro lado, a Administração contabilizou em dezembro de 2021 a importância de R\$ 221.914 por, substancialmente, desvalorização das mesmas cotas em decorrência de estudo do valor justo dos investimentos para atender normativos da CVM.

7. Empréstimos

Em 11/10/2018 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 250.000,00 para ser quitado em 36 parcelas, com juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. A composição dos saldos de empréstimos pode ser assim demonstrada:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	-	83.333
Não circulante	-	-
Total	-	83.333

A movimentação dos empréstimos em cada exercício foi a seguinte:

	R\$
Saldo de 31 de dezembro de 2019	145.833
Amortização	(62.500)
Saldo de 31 de dezembro de 2020	83.333
Amortização	(89.568)
Juros de empréstimos	6.235
Saldo de 31 de dezembro de 2021	-

8. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Tributos a recolher		
ISS a recolher	-	38.205
Outras obrigações fiscais	25	111
Total dos tributos a recolher	25	38.316
Parcelamentos tributários		
PERT previdenciário (a)	152.061	171.427
ISS (b)	42.214	50.992
Pis, Cofins, IRPJ e CSLL (c)	47.903	61.094
CSLL (d)	5.950	12.451
Cofins (e)	-	6.203
IRPJ 28/06/2018 (f)	-	24.261
Total dos parcelamentos tributários	248.128	326.428
Total dos tributos a recolher e parcelamentos tributários	248.153	364.744
Circulante	68.904	121.530
Não circulante	179.249	243.214

- (a) Parcelamento PERT consolidado em 27/12/2018 em 120 parcelas, abrangendo todos os débitos Federais e Previdenciários vencidos até 30/04/2017, sendo pagas 53 parcelas em 2018, 2019, 2020 e 2021, restando 67 parcelas a serem quitadas atualizadas pela taxa Selic.
- (b) Parcelamento ISSQN Junto a Prefeitura do Rio de Janeiro realizado em 03/10/2019 em 48 parcelas, sendo pagas 27 parcelas em 2019, 2020 e 2021, restando 21 parcelas a serem quitadas atualizadas pela taxa Selic.
- (c) Parcelamento PGFN (PIS, Cofins, CSLL e IRPJ) realizado em 19/12/2019 em 60 parcelas, sendo pagas 25 parcelas em 2019, 2020 e 2021, restando 35 parcelas a serem quitadas atualizadas pela taxa Selic.

- (d) Parcelamento CSLL realizado em 28/06/2018 junto à Receita Federal em 53 parcelas, sendo pagas 43 parcelas em 2018, 2019, 2020 e 2021, restando 10 parcelas a serem quitadas atualizadas pela taxa Selic.
- (e) Parcelamento COFINS realizado em 28/06/2018 junto à Receita Federal em 42 parcelas, sendo pagas 42 parcelas em 2018, 2019, 2020 e 2021 e tendo sido quitado em 30/11/2021.
- (f) Parcelamento IRPJ realizado em 28/06/2018 junto à Receita Federal em 60 parcelas, sendo pagas e compensado através de PRDCOMP sendo pagas 60 parcelas em 2018, 2019, 2020 e 2021 e tendo sido quitado em 30/09/2021.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 1.958.833 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais) totalmente integralizado. O capital social está representado por 11.961.904 (onze milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quatro) ações, representados por 11.892.126 (onze milhões, oitocentos e noventa e dois mil, e cento e vinte e seis) ações ordinárias; 49.778 (quarenta e nove mil, setecentos e setenta e oito mil) ações preferenciais classe A e 20.000 (vinte mil) ações preferenciais de classe B.

b) Reserva de ágio

A reserva de ágio da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 266 (duzentos e sessenta e seis reais).

c) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 698 (seiscentos e noventa e oito reais).

d) Dividendos

De acordo com o estatuto social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

10. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de auditoria	(2.000)	(7.378)
Taxa de expediente	(5.175)	(5.077)
Despesa de viagem	-	(2.521)
Depreciação	(393)	(1.688)
Telefone	(1.372)	(1.467)
Serviços prestados PJ	(2.550)	-
Propaganda e publicidade	(1.291)	-
Outras despesas	-	(8)
Total	(12.781)	(18.139)

11. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Baixa de outras obrigações	-	200.000
Valorização de títulos e valores mobiliários	31.620	53.499
Desvalorização de títulos e valores mobiliários	(221.914)	(180.541)
Receitas com venda de Cotas do Fundo Nascenti	-	17.897
Dividendos recebidos	364	241
Recuperação de despesas	40.908	-
Total	(149.022)	91.096

12. Resultado financeiro líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	478	143
Outras receitas financeiras	2.494	-
Total	2.972	143
Despesas financeiras		
Juros de tributos em atraso	(26.332)	(140.310)
Juros de empréstimos	(6.235)	(16.458)
Tarifas bancárias	(1.495)	(1.245)
Total	(34.062)	(158.013)
Resultado financeiro líquido	(31.090)	(157.870)

13. Imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	-	-	-	-
Presunção (32%)	-	-	-	-
Receitas financeiras	3.020	3.020	143	143
Base de cálculo	3.020	3.020	143	143
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	(453)	(272)	(21)	(13)

14. Provisão para riscos contingentes

A Companhia não possui ações judiciais em andamento, nelas figurando no polo ativo ou passivo.

15. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b) Riscos de mercado

Os riscos de mercados configuram-se basicamente nas variações de taxas aplicadas a correção monetária das aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa da Companhia e também nos riscos de variações cambiais para os saldos devidos em moeda estrangeira para seus fornecedores, quando aplicável.

Os indexadores das aplicações financeiras estão associados ao CDI (aplicações financeiras junto ao SICCOB CREDIFIEMG) e não apresentam históricos recentes de grandes oscilações. A variação cambial sobre as obrigações junto a fornecedores não se aplica como não temos saldos com fornecedores em moeda estrangeira.

Considerando estas características, a Administração julga irrelevantes os efeitos financeiros e contábeis para os cenários futuros de seus instrumentos financeiros e desta forma não apresenta suas simulações para os cenários provável, possível e remoto.

* * *

Luísa Pinto Coelho Gonçalves de Souza

RG MG 11.595.014/SSP-MG

CPF 087.427.926-73

Diretora

Ronaldo Rodrigues Tomaz

CRC: 088339

CPF: 045.034.826-10

Contador